CIPATEX DO NORDESTE S.A.

CNPJ. 02.007.875/0001-40 - NIRE: 25.3.0000967.5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos senhores acionistas e ao mercado, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de2025. A Administração da Companhia agradece o empenho de todos e coloca-se à disposição para qualquer esclarecimento. Bayeux (PB), 24 de abril de 2026.

A ADMINISTRAÇÃO.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO		2025	2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes	(nota 04)	52.039	56.623
Contas a receber	(nota 05)	665	4.273
Adiantamentos		54	10
Estoques	(nota 06)	1.235	1.299
Impostos a recuperar	(nota 07)	539	108
		54.532	**62.313**
ATIVO NÃO-CIRCULANTE			
Partes relacionadas	(nota 08)	1	21.197
IRPJ e CSLL diferidos		1	1
Investimentos		0	0
Imobilizado	(nota 09)	4.930	5.572
Intangível		1	1
		4.933	**26.771**
TOTAL DO ATIVO		**59.465**	**89.084**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos		0	0
Arrendamentos - CPC 06	(nota 11)	205	233
Fornecedores	(nota 12)	435	1.292
Obrigações tributárias	(nota 13)	175	244
Obrigações trabalhistas	(nota 14)	481	540
Adiantamento de clientes		19	17
Dividendos a pagar		8	0
Outras contas a pagar		24	6
		1.347	**2.332**
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE			
Partes relacionadas		53	0
Arrendamentos - CPC 06	(nota 11)	775	698
		828	**698**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	(nota 16.a)	38.603	38.603
Reserva legal		1.487	2.040
Reserva de incentivos fiscais		15.430	15.430
Retençao de lucros		1.770	29.981
		57.290	**86.054**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**59.465**	**89.084**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**48.955**	**52.682**
(-) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	-15.722	-25.845
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**33.233**	**26.837**
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	5.558	1.278
(-) Despesas comerciais	-1.236	-1.867
(-) Despesas administrativas	-775	-667
(-) Despesas financeiras	-501	-50
Receitas financeiras	7.109	3.271
Outras receitas operacionais - Líquidas	1.038	758
(-) Participação dos Empregados no Resultado	-77	-167
Outros Resultados Operacionais	0	0
Subvenções para Investimento FAIN PB	0	0
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E DA CSLL	**38.791**	**28.115**
(-) Imposto de Renda	-6.583	-4.762
(-) Contribuição Social sobre o Lucro	-2.465	-1.781
IRPJ E CSLL Diferidos	1	-22
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**29.744**	**21.550**
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO	43.456.117	43.456.117
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÃO (em Reais)	0,6845	0,4959

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Incentivos	Reservas de Lucros: Retenção de Lucros	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total Consolidado
Saldo em 31/12/2023	**38.603**	**962**	**15.430**	**9.508**	**0**	**64.504**
Constituição de reservas	0	1.078	0	20.473	-21.550	0
Lucro do exercício	0	0	0	0	21.550	21.550
Saldo em 31/12/2024	**38.603**	**2.040**	**15.430**	**29.981**	**0**	**86.054**
Constituição de reservas	0	1.487	0	1.770	-3.257	0
Distribuição de Lucros	0	-2.040	0	-29.981	-26.487	-58.508
Lucro do exercício	0	0	0	0	29.744	29.744
Saldo em 31/12/2025	**38.603**	**1.487**	**15.430**	**1.770**	**0**	**57.290**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**29.744**	**21.550**
Outros resultados abrangentes	0	0
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**29.744**	**21.550**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	29.744	21.550
Depreciação, amortização e exaustão	476	718
Variação em contas a receber	3.608	-273
Variação em adiantamentos concedidos	-44	-8
Variação em impostos a recuperar	-430	420
Variação em estoques	64	-18
Variação em despesas antecipadas	0	0
Variação dos depósitos judiciais	0	27
Variação em outros créditos	0	0
Variação em fornecedores	-857	670
Variação em obrigações tributárias	-69	-1.103
Variação salários e encargos sociais	-79	-15
Variação em provisões diversas	20	-21
Variação em adiantamentos recebidos de clientes	1	5
Variação em outras contas a pagar	18	0
Variação em Dividendos a pagar	8	0
Impostos e Contribuições Diferiadas	0	22
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**32.460**	**21.974**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Variação no imobilizado	165	-2.955
Variação no intangível	0	0
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**165**	**-2.955**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação em créditos de pessoas ligadas	21.197	902
Empréstimos e Financiamentos	102	931
Distribuição de Lucros	-58.508	0
	-37.209	**1.833**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		
	-4.584	**20.852**
CAIXA MAIS EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAIS	56.623	35.771
CAIXA MAIS EQUIVALENTES DE CAIXA FINAIS	52.039	56.623

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, com sede na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, iniciou suas atividades como sociedade limitada no mês de julho de 1997, e transformou-se em sociedade por ações, de capital fechado, em 1º de setembro de 2004. Tem como atividade preponderante à industrialização de tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados, com plástico; laminados de material plástico; filmes tubulares; e outros produtos de plástico. Em 2017, constituiu uma filial na cidade de Cerquilho, no Estado de São Paulo, desativou a operação na planta localizada em Bayeux, no Estado da Paraíba, e estuda ações de implementação de atividades na filial paulista.

1.1 CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A aprovação da Administração para conclusão e emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ocorreu no dia 24 de abril de 2026.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76, incluindo as suas posteriores alterações), e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas expedidas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração da entidade.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representadas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.2 CONTAS A RECEBER

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando cabíveis.

3.3 ESTOQUES

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição, ou mercado, entre esses o menor.

Os produtos em elaboração e os produtos acabados estão avaliados aos custos médios de produção, e são inferiores ao valor de mercado.

A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado dos produtos é constituída quando o valor justo registrado no estoque exceder o seu valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo.

3.4 ARRENDAMENTOS

A NBC TG 06 (R3) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo a NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Empresa aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções: **(i)** Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o NBC TG 06 (R3) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o NBC TG 06 (R3); **(ii)** contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º de janeiro de 2019 igual ou inferior a 12 meses: a Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes; **(iii)** contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento; e **(iv)** aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Adicionalmente, a Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do Pronunciamento NBC TG 06 (R3), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

3.5 IMOBILIZADO

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, mais encargos financeiros incorridos até o início das operações, deduzidas as depreciações acumuladas e as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulados, estas quando aplicáveis.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, e estão mencionadas na nota explicativa nº 9.

O saldo do ativo imobilizado, líquido da depreciação, não é superior ao seu valor recuperável, calculado com base nos benefícios futuros decorrentes do uso dos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e têm seu valor líquido registrado no resultado como outras receitas.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.6 INTANGÍVEL

É avaliado pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos, basicamente, pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando em conta uma vida útil econômica estimada de 5 anos.

3.7 DEMAIS CONTAS DO ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

A Companhia analisou se havia indicações de que pudessem ocorrer perdas em seus ativos, considerados em conjunto, ou seja, como uma única unidade geradora de caixa, e concluiu pela sua recuperabilidade.

3.8 AJUSTE A VALOR PRESENTE

A Companhia realizou a análise das contas do Balanço Patrimonial e concluiu que os ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes, não cabendo, desta forma, a realização de ajustes.

3.9 DEMAIS CONTAS DO PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

As provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.10 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa, provisão para ajuste a valor de mercado, provisão para morosidade dos estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

i. Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

ii. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto de renda diferido reflete as consequências tributárias que seguiram a maneira sob a qual a companhia espera ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas foram revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros estarão disponíveis, contra os quais serão liquidados.

Ativos de Imposto de Renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. São calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras, quando devidos.

3.12 APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado de conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

3.13 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos respectivos exercícios e é apresentada pelo método indireto.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa	4	4
Bancos	52.035	56.619
	52.039	56.623

5. CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Mercado interno	1.542	5.149
(-) Operações vendor	0	0
(-) Perda estimada p/ créditos de liquidação duvidosa	0	0
(-) Perda no Recebimento de Créditos	-877	-876
	665	4.273

A Sociedade adota a política de provisionar perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que é calculada com base na análise individual de risco dos créditos, contemplando o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. A provisão é registrada para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

6. ESTOQUES

	2025	2024
Produtos acabados	207	158
Produtos semi acabados	3	0
Produtos em processo	375	191
Matéria prima e embalagens	579	847
Material intermediário	71	103
	1.235	1.299

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2025	2024
ICMS	2	0
IPI	87	0
ICMS ativo Imobilizado	40	0
IRPJ/CSLL a rcuperar	410	108
	539	108

8. PARTES RELACIONADAS

Descrição	2025	2024
Ativo		
Cipatex Impreg. de Pap. e Tec. Ltda.	1	21.197
	1	21.197

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação	2025 Custo	2025 Deprec. acumulada	2025 Valor líquido	2024 Valor líquido
Terrenos	-	10	0	10	10
Predios e Benfeitorias	4%	7.026	-6.675	351	540
Máquinas e Equipamentos	10%	2.355	-1.922	433	498
Instalações	10%	3.905	-707	3.198	1.731
Outras imobilizações	10% a 20%	50	-43	7	7
Imobilizado em andamento	-	0	0	0	1.855
Direitos de uso - CPC 06	-	1.164	-233	931	931
		14.510	-9.580	4.930	5.572

A Administração da Companhia entende que seu ativo imobilizado é recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

10. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	2025 Custo	2025 Amortiz. acumulada	2025 Valor líquido	2025 Valor líquido
Sist. Aplicativo Software	20%	196	-196	0	0
Marcas Direitos e Patentes	-	1	0	1	1
		197	-196	1	1

11. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Modalidade	Moeda	Tx Juros	2025	2024
Arrendamento Mercantil CPC 06	BRL	n/a	980	930
			980	930
Passivo circulante			205	232
Passivo não circulante			775	698
			980	930

12. FORNECEDORES

	2025	2024
Mercado Interno	435	1.292
Mercado Externo	0	0
	435	1.292

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
IRPJ e CSLL sobre o lucro	44	30
IRRF a recolher	22	20
ICMS a recolher	0	54
PIS e COFINS a recolher	109	118
IPI a recolher	0	22
Outros tributos a recolher	0	0
	175	244

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2025	2024
Salários e encargos sociais	78	74
Participação dos empregados no resultado	73	162
Provisão de férias	201	182
FGTS	29	25
INSS	95	92
Outros encargos a recolher	5	5
	481	**540**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui processos contingentes que necessitem ser provisionados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Empresa avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o NBC TG 25 (R2)/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, NBC TG 32 (R4)/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o NBC TG 24 (R2)/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 38.603 mil (trinta o oito milhões, seiscentos e três mil reais), representado por 43.456.117 (quarenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e dezessete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, tendo por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reserva de incentivos fiscais

Relativa as subvenções governamentais concedidas para a Companhia implantar empreendimento novo no Estado da Paraíba, na Região Nordeste, cuja contabilização foi realizada em conta de Reservas de Capital até 31/12/2007, conforme dispunha a Lei nº 6.404/76. A partir do exercício de 2008 passaram a ser registradas no resultado do exercício e destinadas para a conta de Reserva de Lucros – Reserva de Incentivos Fiscais por proposta da Administração, com destinação específica para futuro aumento de capital, nos termos do Art. 30, da Lei nº 12.973/2014. A partir do ano de 2018 os incentivos fiscais deixaram de ser utilizados pela companhia.

d) Retenção de lucros

A retenção de lucros corresponde aos lucros remanescentes após a destinação dos lucros para reserva legal e proposta de distribuição de dividendos, cujo objetivo é atender principalmente aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção da fábrica.

e) Distribuição de lucros

Os lucros são distribuídos pela Administração conforme a disponibilidade de caixa, sendo posteriormente ratificados em assembleia de acionistas.

Em dezembro de 2025 foram distribuídos lucros acumulados de exercícios anteriores no valor de R$ 32.021 mil e lucros do exercício corrente na importância de R$ 26.487 mil, totalizando montante de R$ 58.508 mil de lucros distribuídos em 2025. Não foram distribuídos lucros em 2024.

Em 26 de novembro de 2025 foi aprovada a Lei nº 15.270/2025, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estabelecendo a incidência de IRRF à alíquota de 10% sobre lucros e dividendos distribuídos a: (i) pessoas físicas residentes no Brasil, quando o valor mensal ultrapassar R$ 50.000,00 por beneficiário; e (ii) beneficiários não residentes (pessoas físicas ou jurídicas), ressalvadas as hipóteses específicas de isenção ou tratamento diverso previstas na própria legislação e em acordos internacionais para evitar dupla tributação.Considerando que a Companhia possui apenas acionistas pessoas jurídicas residentes no Brasil, as distribuições de lucros e dividendos às pessoas jurídicas residentes no Brasil permanecem não sujeitas ao IRRF de 10%, nos termos da nova legislação.

17. DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Atendendo a proposta da Administração parte do lucro líquido do exercício no valor de R$ 1.487 mil foi destinado para Reserva Legal, a importância de R$ 26.487 mil foi distribuída aos acionistas e o restante do lucro líquido do exercício no valor de R$ 1.770 mil foi destinado para reserva de lucros retidos.

18. PREJUÍZOS FISCAIS A COMPENSAR

A Companhia possui prejuízos fiscais a compensar, bem como base de cálculo negativa da CSLL a compensar, ambos no valor de R$ 924 mil (R$ 12.662 mil em 2024). A compensação do prejuízo fiscal na base de cálculo do Imposto de Renda e da base de cálculo negativa no cálculo da CSLL está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo prescricional.

19. SEGUROS

Até abril de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguro contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza para determinadas edificações, equipamentos, instalações e máquinas. Desde maio de 2020, considerando que os recursos internos que possui estão adequadamente dimensionados para mitigação de riscos e combate a incêndios, a Administração decidiu pela não contratação do referido seguro. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, são determinadas pela Administração da companhia.

DIRETORIA

WILLIAM MARCELO NICOLAU
Diretor Presidente

VALMIR PILON
Diretor Industrial e de Engenharia

JOSÉ GERALDO ANTUNES
Diretor Administrativo e Financeiro

RAFAEL BARROS PILON
Diretor de Supply Chain

CLAUDINEI SOARES
Contador CRC 1SP-266442/O-0

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A
EPC:09366790000106

Assinado de forma digital por EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A
EPC:09366790000106
Dados: 2026.07.13 17:02:23 -03'00'